

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 14 DE JULHO DE 1995

*Bom-dia, Senhores Governadores; Senhores Ministros; Senhores Funcionários,*

Apraz-me estar aqui hoje – aliás, numa data muito significativa, o 14 de julho – presidindo esta reunião do Conamaz. Este órgão, em si mesmo, já mostra a importância que o Governo da República – não o meu, mas em geral, desde o Governo anterior, quando já tínhamos essa organização – atribui à questão da Região Amazônica. Este tipo de Conselho que nós estamos reunindo aqui hoje é uma peculiaridade na nova organização política-administrativa brasileira, porque aquela é a única região do Brasil onde há formalmente um mecanismo de entrelaçamento do Governo Federal com os governos estaduais e com os vários níveis de administração. E isso é muito importante.

Isso é muito importante por que mostra, em primeiro lugar, que a Amazônia continua sendo um objetivo nacional, uma preocupação nacional, mas “preocupação” não no sentido negativo da palavra, e, sim, no positivo. Quer dizer, queremos realmente recuperar a Amazônia de uma maneira conseqüente e mostrar que isso não é um esforço feito apenas com o espírito da regionalização, mas, ao contrário, é o próprio

País que pensa assim. Não são os amazônidas que estão pressionando, ou aqueles do Governo Federal que, por suas atribuições específicas, cuidam da Amazônia, mas é o Brasil que está entendendo que a Amazônia é parte integrante e fundamental dele. Então, a existência desse tipo de órgão tem um sentido simbólico muito significativo.

Também me apraz dizer que tenho acompanhado os esforços havidos na questão da integração crescente dos vários programas que existem na Amazônia. Os senhores sabem que uma das primeiras visitas que fiz no Brasil foi à Região Amazônica. Foi de propósito que fui lá, e não terá sido a última visita, pois espero voltar muitas vezes. E sabem também que estamos crescentemente elaborando mecanismos de racionalização das decisões e de integração dos vários programas. Isso não vem em detrimento de algumas atividades específicas que creio seja importante fazer, pelo menos para dar sinal da preocupação do Governo e do País com a Região Amazônica. Nós autorizamos alguns programas, mesmo independentemente de termos uma visão mais compreensiva, mais global da questão; e sabem todos que é uma preocupação, até pessoal minha, a de nós estarmos sinalizando que, com relação à Amazônia, nós temos uma preocupação muito forte.

Ainda agora, recentemente, tive a honra de estar acompanhado pelos Governadores do Amazonas e de Roraima e por alguns Ministros, alguns aqui presentes, como o General Zenildo e o Ministro da Amazônia, quando estivemos em Caracas, na Venezuela. A atenção crescente para com a Região Norte do Brasil era clara; e o Ministro das Minas e Energia lá esteve também, por que há alguns problemas da matriz energética que requerem mesmo essa integração. Não só da matriz energética, mas, igualmente, a questão das telecomunicações. Por isso o Ministro Mota também nos acompanhou. Ficou bastante visível para todos que nós teremos muito a ganhar se, efetivamente, dermos a atenção devida a essas formas de integração.

Apraz-me também reiterar que a Petrobras e a PDV, que é a companhia petroleira da Venezuela, fizeram um entendimento para que fosse lançada a Petroamérica, que será uma enorme companhia, porque vai juntar duas grandes companhias da região da América do Sul; e tem

como propósito uma atividade em nível global. Não se trata simplesmente de trazer a companhia venezuelana para operar no Brasil e vice-versa, mas é para as duas companhias, juntas, estarem operando em nível mundial, em nível global.

O Brasil tem experiências importantes na área da Petrobras, sobretudo na questão de tecnologias em águas profundas e em muitos outros avanços que foram conseguidos pela Petrobras. Talvez a Venezuela não tenha a mesma experiência, até mesmo nos acordos internacionais de que a Petrobras dispõe hoje. Mas a Venezuela tem reservas petrolíferas imponentes e tem também competência muito grande na exploração dessas reservas em terra e no mar, embora não em águas profundas. E houve essa junção.

Pois bem, lá nós pudemos conversar a respeito da utilização da energia do Guri, na Venezuela, para trazer até Boa Vista e Manaus. Isso não vem em detrimento da utilização das reservas de gás que temos lá no Urucu e no Juruá, porque também teremos empenho em utilizar essas reservas, até porque a Região Amazônica é um continente, e o fato de se trazer uma linha de transmissão da Venezuela até Manaus não resolve o problema do Pará, não resolve problemas de outras regiões.

Na visita que fiz ao Amazonas, autorizamos a expansão da refinaria de Manaus e também o aumento da capacidade de tancagem de outras áreas da Região Amazônica, o que me apraz muito. Também é realmente muito importante para o Brasil a questão da utilização da hidrovia Araguaia-Tocantins. Nós precisamos de muitas hidrovias, e hidrovia é barato. (Não tem nenhum ministro da área econômica aqui mais rabugento.) Hidrovia é barato, quer dizer, dá para realmente encarar, com o sentido de realidade, a construção dessas hidrovias.

Enfim, há um enorme esforço que está sendo feito, já, na Amazônia, que não depende só do Governo Federal, até porque, se nós imaginarmos que o Governo Federal vai suprir tudo que é necessidade do Brasil, o Brasil não terá condições de sair muito das suas dificuldades. Depende de uma integração de esforços. Acho que é esse o grande sentido desta reunião aqui. É de integração de esforços. Até quanto estou informado – e terei o prazer de ouvir a exposição mais detalhada que será

feita pelo Seixas Lourenço a respeito de a quantas andamos, sob a coordenação, naturalmente, do Ministro Krause, nessa questão da integração desses programas —, até quanto estou informado, dizia, está avançando bastante, quer dizer, com os Secretários de Estado, com as empresas federais que lá operam e via integração dos vários ministérios, sempre com a preocupação de uma visão global, que tanto o Ministério da Amazônia quanto a SAE, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, têm, não é isso?

Sempre com a preocupação de que não se trata simplesmente de uma visão, digamos assim, de aumento de vantagens econômicas. É mais que isso: é de integração. E essa integração implica a questão humana, a questão social, a questão de como estão vivendo essas populações. Vi diretamente as populações ribeirinhas na Amazônia, tive oportunidade de subir o rio Amazonas com a Marinha Brasileira, vi o atendimento que lá se está dando, as dificuldades que lá existem. Sei, se não diretamente — minha mulher esteve no Acre e foi lá a Xapuri para ver diretamente —, da situação dos seringueiros. Sei da situação das estradas e da dificuldade dos aeroportos.

Enfim, não se trata de uma coisa retórica. E tem o sentido da presença ativa da bancada amazônica. De vez em quando, chega algum assessor e me assusta: “Olha, aqui vem a bancada amazônica, vão fazer isso, vão fazer aquilo, vão votar, não vão votar.” Não vai acontecer nada disso. Eles vêm conversar. Vêm conversar para discutir quais são os problemas. Um ou outro fica mais entusiasmado, e temos que dizer o que pode ou não pode. Depois, com bom-senso, a gente vai trazendo para o caudal daquilo que é necessário para o bem da Amazônia.

Há muitas obras que, às vezes, não têm esse aspecto tão imponente quanto o de trazer uma linha de transmissão ou fazer a BR-174. Graças à boa-vontade do Governador Amazonino e à compreensão das Forças Armadas, estamos passando a obra para a responsabilidade do Governo da Amazônia. Isso não quer dizer que os cofres da União estejam preservados; num dado momento, vamos ter que entrar em conversas mais diretas. É claro que a BR-174 tem um valor enorme para Roraima e para o Amazonas. Há também os problemas da Transamazônica, e eu

já vou falar um pouquinho do Pará, para não parecer que estou me esquecendo do meu amigo Almir Gabriel. Mas isso tem mais impacto. Porém, o que conta mesmo é como vive o povo. E vive mal. Há problemas de emprego. Sei que a Zona Franca, neste momento, tem um certo desenvolvimento que nos agrada, porque dá emprego; mas não é suficiente. E tem os seus problemas também.

Aí, vejo, com muito entusiasmo, as experiências que sei que estão sendo feitas em Rondônia, que estão sendo feitas no Amapá, de coisas muito diretas com a população, de mecanismos de atendimento, como no caso da costureira que quer comprar uma máquina de costurar, que precisa de algum dinheiro e não tem onde buscar. Precisa haver aí um mecanismo de ação social mais direta.

Há problemas tremendos de habitação e de redes de esgotos, que faltam em quase toda a parte. Enfim, é um mundo de problemas, que não se resolverá senão pela nossa ação coordenada, sem cor partidária, mas com cor nacional e cor popular, olhando realmente quais são os problemas e tentando resolver essas questões, olhando o orçamento, por que não adianta não olhar o orçamento. Mas o orçamento não pode ser desculpa. Temos que olhar o orçamento, ver quais são as questões e ver como vamos resolvendo essas questões. Não nos esquecendo, também, de que na Região Amazônica há interesses nacionais. A presença das Forças Armadas não é a presença só das Forças Armadas: é do Brasil, é do Governo, é do povo. É assim que tem que ser vista.

Está longe o tempo em que se imaginava: “Ah, eu vou fazer não-sei-o-quê...” Não, vamos ter uma ação de presença muito importante, muito importante até para assegurar a lei, para que haja o atendimento à população mais pobre; e para que, evidentemente, não tenhamos nenhum problema de fronteira nessa região.

É uma coisa extraordinária. Ainda agora, lá na Venezuela, estávamos assistindo àquela parada que nos entusiasmou, com muitos hinos. Pois bem. Mas a parada não tem nada contra o Brasil; pelo contrário, as Forças Armadas venezuelanas a toda hora faziam manifestação de respeito ao Brasil, bandeiras brasileiras na mão do povo, sem nenhuma animosidade. Nem na Colômbia nem na Venezuela, em nenhum lugar.

A presença das Forças Armadas não é por causa dos nossos vizinhos: é por nossa causa. É, primeiro, para dizer que isto aqui é parte nossa, do território nacional, e vai ser sempre assim. Mas, por outro lado, é para dizer também que nós temos meios de alcançar aquelas regiões longínquas, e, às vezes, só se chega lá usando a Aeronáutica, o helicóptero. Alguns têm medo. Nós pegamos um nevoeiro, e até o Governador tremeu. Mas a verdade é que só se chega lá se tiver isso. Se não tiver navio da Marinha que vai lá, que sobe o rio Solimões e não-sei-o-quê, e atende à população ribeirinha de dois em dois meses, de três em três meses, não tem quem atenda, por que não há outro meio de chegar lá. Então, precisamos de ação combinada aqui também, que é muito importante para que nós nos entendamos.

Acho que é esse o espírito do nosso encontro. É um espírito construtivo, é um espírito de integração, é um espírito que abrange desde a parte econômica até a parte social e a parte cultural. O Ministro Weffort voltou entusiasmado, acho que foi de Parintins, mas de Rondônia também, Parintins e Rondônia, onde ele viu manifestações de folclore, pelo que me contou, de grande vitalidade. Uma vez vi em Itacoatiara algo de que também nunca mais esqueci, que é outro tipo de manifestação cultural: era uma espécie de *happening* de música *pop*. O maior que se faz é lá em Itacoatiara, uma coisa impressionante.

Quer dizer, vai do folclore à música *pop* no meio da Amazônia, com os grupos *funks*, com não-sei-o-quê mais, com o *heavy metal*. Enfim, isso é o Brasil, algo de uma força extraordinária. E um Governo sensível às realidades sociais, econômicas, políticas e culturais tem que estar presente nisso tudo e tem que estar realmente tratando de dar vazão à potencialidade que existe neste país.

Sei que há algumas dificuldades tópicas muito sérias, muito preocupantes, às quais às vezes a gente não tem condições de fazer frente de forma direta. Ainda ontem, reunido com alguns Ministros e com o Ministro dos Transportes, estava vendo: “Olha, agora vai chover, daqui a pouco chove: se não tiver recurso, não faz estrada.”

Vou aproveitar a oportunidade para pedir apoio aos Governadores e aos Parlamentares, por que nós vamos enviar agora, na primeira sema-

na de agosto, um pedido de algum recurso específico para a conservação de estradas da Amazônia – para agora, tem que ser já. E, como não tenho mecanismos de medida provisória, porque, para esse fim, não se pode usar medida provisória, teria que decretar calamidade pública, o que força um pouco o conceito de calamidade, por que não é. É uma calamidade permanente e sazonal. Então, vamos precisar pedir que o Congresso seja sensível – e o Congresso será – e dê alguns recursos, cerca de 30 milhões de reais, algo assim, para se poder fazer face às dificuldades emergenciais.

Vamos pedir também – e aí não é só para a Amazônia, é para a Região Norte e para as outras regiões também, num plano que o Ministro apresentou e que aprovei ontem, e para o qual o Ministro do Planejamento está providenciando os mecanismos –, vamos pedir também recursos para algumas estradas, por que elas são necessárias e precisam começar já. Inclusive, cada vez que olho para o Governador Almir Gabriel, me lembro da Santarém–Cuiabá. Não é isso que é compromisso aí. O Governador Dante de Oliveira não precisa, por que ele já começou a fazer. O estado é rico, ele está fazendo trinta quilômetros, já começou a fazer, não é? Depois a gente também chega lá.

Mas de algum recurso nós vamos precisar ainda para este ano, para dar sinal sensível de que está bem. São muitos problemas, não se tem dinheiro. No ano que vem, vai ser um pouco mais coordenado, pelo que nós estamos fazendo aqui. Mas a população precisa sentir alguma coisa de concreto. Então, acho que, se nós atuarmos em conjunto, e espero que possamos atuar, vamos ter condição de obter esse recurso e ter já algum mecanismo neste ano. Podemos potencializar sua utilização através da utilização dos batalhões ferroviários, batalhões de engenharia, o que facilita as coisas. Há muitas obras para as quais já há licitação. Acho que esses dois projetos dão cerca de uns 80 e poucos milhões de reais, e com isso é possível, antes da chuva, fazer alguma coisa nessa região.

Enfim, perdoem se falei demasiado sobre o que não estava previsto, mas todo mundo sabe que, quando se trata da Região Amazônica, eu me entusiasmo, por que acho realmente formidável que o Brasil tenha

um patrimônio como este, e nós precisamos de que esse patrimônio seja sentido por cada brasileiro como patrimônio próprio.

Dito isso, eu passaria a coordenação dos trabalhos ao Ministro Krause e, se o Ministro me permitir, eu gostaria de assistir à primeira parte da exposição. Então, se fosse possível, gostaria que se quebrasse aí um pouco o regimento, para que isso seja facultado.